



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

N.º 03/23, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Pelas quinze, no Edifício do Centro Cultural de Tábua, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz deu início à reunião com o "Período de Antes da Ordem do Dia", em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, apresentando os habituais cumprimentos a todos os presentes na mesma.

Antes de entrar no referido Período de Antes da Ordem do Dia, deu nota da ausência à presente reunião do Senhor Vereador, Fernando Tavares Pereira e da Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Martins Garcia Almeida, por motivos de índole profissional e cujas faltas foram consideradas justificadas.

Mais informou que os mesmos solicitaram a sua substituição nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação, contudo, os elementos substitutos convocados para o efeito não compareceram.



CÂMARA MUNICIPAL

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. RICARDO CRUZ:

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção, dando nota que representou o Município de Tábua no almoço que assinalou o 90º Aniversário da Casa dos Tabuenses, que decorreu em Lisboa, no passado dia 29 de janeiro, onde também marcaram presença, o Vereador da Câmara de Lisboa, o Presidente da Direção da ACRL - Associação das Casas Regionais em Lisboa e representantes de diversas Casas Regionais que integram a referida Associação, tendo na altura manifestado uma palavra de reconhecimento pelo trabalho que a mesma tem desenvolvido em prol destas Casas e em concreto à de Tábua e que representam a ligação do interior do País, na Capital.

Seguidamente, fez menção à reunião tida com as Infraestruturas de Portugal, no passado dia 1 de fevereiro, na qual foram abordadas a questão dos nós e das pinturas das estradas, bem como outra questão de pormenor relativamente a intervenções a efetuar em estradas paralelas que não são da responsabilidade da mesma.

De igual modo, transmitiu que, no passado dia 2 de fevereiro, decorreu no Solar do Vinho do Dão, em Viseu, numa parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, a apresentação do certame "Tábua de Queijos e Sabores da Beira", a realizar nos próximos dias 4 e 5 de março, com o propósito de alavancar a importância da ligação entre os vários produtos locais de qualidade e os impactos daí decorrentes para o desenvolvimento económico dos territórios rurais, bem como fomentar a atração de novos públicos para visitar o referido certame, tornando-o numa marca turística.

Neste contexto, agradeceu a presença dos representantes do Turismo e da ANCOSE, bem como à CVR Dão e à ADIBER, considerando que estas entidades representam, de uma forma global, a promoção das queijeiras e, sobretudo, os pastores.



CÂMARA MUNICIPAL

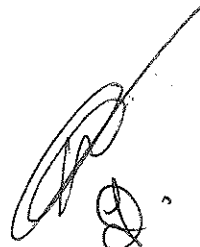
A respeito desta matéria, aproveitou para endereçar o convite a todos os Senhores Vereadores presentes, embora o mesmo já lhes tenha sido enviado pelo Gabinete de Apoio à Presidência.

Prosseguiu, dando nota que participou na Conferência Europeia dos Territórios Vinhateiros, que decorreu nos passados dias 2, 3 e 4 de fevereiro, em Vila Nova de Foz Côa, representando não só o Município de Tábua mas, também, os Municípios da Região Demarcada do Dão, na AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho do Dão, no âmbito das suas responsabilidades enquanto representante dos mesmos, na qual marcaram presença representantes de territórios produtores de vinho de toda a Europa e que teve por objetivo a discussão de novas estratégias e parcerias para a valorização dos territórios, a partir das suas produções locais de qualidade, permitindo ainda identificar novas oportunidades para os territórios vinhateiros do nosso País, destacando aqui a importância que a vinha e o vinho exercem na estratégia de promoção do mundo rural no concelho de Tábua.

Ainda, sobre esta Convenção, transmitiu que a mesma terminou com uma Gala, em Lamego, tendo o Douro sido distinguido pela RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho, com o título de Cidade Europeia do Vinho 2023.

A respeito da situação financeira da Câmara, deu nota da reunião técnica tida no passado dia 7 de fevereiro, com a Senhora Chefe da DAF, com os ROC e com o Técnico que irá acompanhar o processo da reestruturação financeira da Câmara Municipal de Tábua, de modo a que no ano 2023 se proceda à adesão facultativa ao saneamento financeiro, nos termos da Lei.

Continuou, informando que no passado dia 8 de fevereiro, representou o Município na reunião realizada na CIM Região de Coimbra, no passado dia 8 de fevereiro, na qual a Senhora Presidente da CCDRC apresentou o pacote global financeiro a afetar aos 19 municípios da CIM Região de Coimbra, decorrente do quadro comunitário PT2030 que gerou o debate de diversas situações apresentadas pelos representantes dos mesmos.



CÂMARA MUNICIPAL

Neste sentido e no âmbito das prioridades do Município, destacou as questões que teve oportunidade de apresentar, prendendo-se uma delas com o investimento a efetuar na Escola Secundária, sinalizada como necessidade urgente e que é da responsabilidade do Governo, contudo *«a Câmara continua a assegurar algumas situações, a bem dos alunos e da escola, sem ter responsabilidade sobre elas e, cada vez mais, há que começar a dividir, para que seja público, quais são os limites de atuação de cada um. (...) O Governo, efetivamente, está a sinalizar algumas delas colocando a possibilidade de efetuarem candidaturas para as recuperarem, mas o dinheiro não vem todo de lá, acontece que uma parte é para ir buscar ao Pacto. E, aqui há que entender o Pacto Escolar de duas maneiras, aquilo que é a nossa responsabilidade, designadamente, os Jardins de Infância e as escolas que estão afetas a Câmara e sinalizadas, como sejam, a Escola Básica de Mouronho, o Jardim de Infância de Mouronho e de Tábu»*, como referiu.

Outra questão que levantou e que considerou pertinente, respeita à verba a alocar às águas residuais e ao saneamento, considerando que a Câmara de Tábu, assim como, outros municípios que integram a CIM Região de Coimbra, também estão inseridos noutras organizações, pertencendo uns à Dão Lafões, outros à AINTAR/Planalto Beirão.

No âmbito da eficiência energética e para que as dúvidas ficassem dissipadas, questionou a Senhora Presidente da CCDR *«se haveria ou não verba para que antes de iniciarmos o procedimento se poderíamos ir buscar verbas para substituir as luminárias da iluminação pública, tendo-lhe sido respondido negativamente porque o pacote financeiro será para edifícios»*.

No âmbito da rede viária, transmitiu que no mesmo dia, se deslocou à União de Freguesias de Meda de Mouros e Pinheiro de Coja, com o propósito de visitar a intervenção efetuada na estrada que liga a Estrada Nacional à povoação de Pinheiro de Coja, sendo mais uma que está resolvida para bem da mobilidade e da qualidade de vida dos Tabuenses.



CÂMARA MUNICIPAL

De igual modo, deu nota da conclusão das obras levadas a efeito no Edifício dos Paços do Concelho, valorizando-o com a colocação do catavento no local de onde tinha sido retirado há vários anos.

Ainda no uso da palavra, convidou todos os presentes, nomeadamente, o Senhores Vereadores, em regime de não permanência, para a cerimónia simbólica de inauguração do novo sistema de iluminação do Estádio Municipal, recentemente instaladas pela Empresa Greenvolt S.A. ao abrigo do Mecenato, que irá decorrer no próximo dia 15 de fevereiro, pelas 18h00m e que vai permitir a realização de grandes eventos desportivos em período noturno na referida infraestrutura municipal.

Antes de finalizar a sua intervenção, deu nota que já foi publicado e distribuído pela população Tabuense a Edição n.º 27 do Boletim Municipal.

Por último, deu nota que, a pedido da Senhora Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira, procedeu à exoneração da mesma das funções que estava a exercer como Secretária da Vereação, agradecendo todo o trabalho que desenvolveu no âmbito da Estratégia Local de Habitação, bem como do 1.º Direito.

Nada mais havendo a acrescentar, passou a palavra, de seguida, aos Senhores Vereadores para tecerem as considerações julgadas por convenientes.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião, interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira dando nota das reuniões realizadas na CIM e na CCDR, no âmbito dos fundos comunitários, atualmente em discussão, designadamente, o PRR e o PT2030.

Neste contexto, referiu ter marcado presença na que se realizou, no passado dia 30 de janeiro, promovida pela CIM Região de Coimbra, respeitante aos apoios à prevenção dos incêndios rurais e aos apoios a conceder às Associações dos



CÂMARA MUNICIPAL

Bombeiros Voluntários, tendo os representantes dos Municípios presentes manifestado de imediato, a sua preocupação, identificando algumas necessidades concretas.

Sobre esta mesma temática e sabendo-se que existem 22 milhões destinadas às áreas referidas e sendo que 42 milhões são para a CCDR, transmitiu que, no passado dia 7 de fevereiro, esteve em representação do Município numa reunião promovida pela CCDR, que contou com a presença de representantes dos Ministérios da Administração Interna, da Agricultura e Ministro da Coesão Territorial, bem como outras entidades e autoridades.

Neste âmbito, deu nota da primeira reunião realizada com os Comandantes dos Corpos de Bombeiros, por serem entidades que podem beneficiar destes fundos e na qual foram elencadas algumas necessidades a nível operacional e a outros níveis também, designadamente, de equipamentos, veículos e obras de beneficiação das próprias instalações, cujo relatório foi elaborado de imediato e de modo a que as Associações Humanitárias fossem contempladas, assim como o próprio Serviço Municipal de Proteção Civil, dando oportunidade ao mesmo de poder equipar os seus colaboradores, atendendo ao serviço prestado no Centro de Coordenação Operacional Municipal que, também, necessita de ser dotado de equipamento tecnológico eficaz ao seu funcionamento.

Ainda em sede de representatividade, deu nota que marcou presença, no passado dia 3 de fevereiro, no Seminário Maior de Coimbra, para tomar conhecimento do legado deixado por Monsenhor Nunes Pereira que, também, abrange obras em algumas das igrejas do concelho de Tábua, nomeadamente, a nível dos vitrais.

Neste contexto e dada a grandeza do espólio que se encontra espalhado por diversas igrejas dos concelhos da Região de Coimbra, transmitiu que foi aprovado pelos representantes dos cerca de doze concelhos presentes, acolher a exposição itinerante alvitada, bem como, a criação de um roteiro de visita, para o efeito.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES:

Interveio a Senhora Vereadora. Dra. Susana Mendes que após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os presentes na reunião, começou por dar nota que, no passado dia 1 de fevereiro, o Município de Tábua promoveu no Centro Cultural, uma ação de sensibilização no âmbito da “Rota da Energia – Mobilizar para a Ação Climática 2023”, direcionada aos alunos do 8.º e 9.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas de Tábua, com o objetivo de sensibilizar os mesmos para a temática das alterações climáticas.

Sobre a mesma, esclareceu tratar-se de uma iniciativa desenvolvida pela ADENE – Agência para a Energia, com o apoio da CIM Região de Coimbra, e que localmente contou ainda com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Tábua, através do Clube Ciência Vina na escola e do grupo da disciplina de Física e Química.

De igual modo, transmitiu que, no mesmo dia, a referida Agência promoveu para a população em geral, via *online*, uma sessão de formação que ainda está disponível para consulta no site do Município e que focou, essencialmente, as fontes de energia renováveis, medidas comportamentais e mobilidade sustentável.

Seguidamente, deu conhecimento que o Centro Qualifica da EPTOLIVA foi renovado para o triénio 2023-2025, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, no âmbito do processo de renovação da autorização de funcionamento do Centro Qualifica, facto digno de registo, atendendo à importância que o mesmo representa para o concelho a nível do sistema de revalidação de competências para aqueles que não tiveram oportunidade de concluir a escolaridade obrigatória na idade adequada.

Continuou, informando que no dia de amanhã estará presente na 2.ª Reunião Consultiva do PROT Centro – Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro que tem por objetivo analisar e votar alguns dos documentos já produzidos pela Comissão Consultiva, considerando que o Plano delineado, no passado, para o PROT Centro e cuja primeira reunião aconteceu em julho, não chegou a ser



CÂMARA MUNICIPAL

aprovado, sendo por isso imprescindível proceder à elaboração de novo documento, no sentido de se definir a estratégia regional de desenvolvimento territorial a estabelecer para o concelho de Tábua.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

Após apresentação dos habituais cumprimentos a todos os participantes na reunião, usou da palavra o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto, que começou por informar que esteve, no passado dia 28 de janeiro, na cerimónia de tomada de posse dos órgãos sociais da Associação Recreativa e Cultural de São Simão, sentindo-se agrado por assistir ao seu renascimento.

A respeito da mesma, transmitiu igualmente ter reunido com a Direção a fim de poderem apresentar o seu Plano de Atividades, bem como delinear alguns pontos de interesse comuns, entre aquela Associação e a Câmara Municipal.

No citado dia, marcou igualmente presença no jantar dos Moto Ralis Turísticos que compõem o Troféu Nacional da Federação Portuguesa de Motociclismo, organizado pelos elementos da MK Máquinas e que decorreu nas Caldas da Felgueira, tendo os diversos Clubes presentes, incluindo a MK Máquinas, aproveitado o momento para efetuar a apresentação das suas provas que têm grande carácter turístico.

De igual modo, marcou presença no almoço de comemoração dos 90 anos da Casa dos Tabuenses, realizado em Algés - Lisboa, no passado dia 29 de janeiro, já referido pelo Senhor Presidente, sendo um momento importante para o regionalismo, mas também na promoção de Tábua, em Lisboa, estando presentes 12 Casas Regionais o que evidencia, claramente, a revitalização da Casa dos Tabuenses.

No dia 31 de janeiro, representou o Município, em Coimbra, no ato de constituição da Comissão Instaladora do NERC e da ACIC, no Conselho Empresarial da Região de Coimbra, entendido como o renascimento da Associação Comercial e Industrial de Coimbra, uma associação histórica e que conta com cerca de 160 anos de existência.



CÂMARA MUNICIPAL

Esclareceu que o referido Conselho Empresarial já faz parte de outras empresas motivo pelo qual a Câmara foi convidada para se fazer representar no mencionado ato.

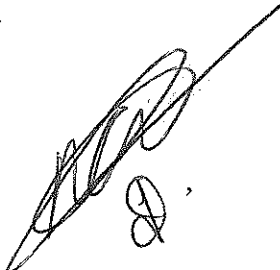
No dia 2 de fevereiro assistiu, em Viseu, à Sessão Pública "Mais Interior - Roteiro da Agenda Para o Turismo do Interior", que foi presidida pelo Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda, tendo sido promovida uma discussão e reflexão em torno das probabilidades do Governo e das entidades oficiais para o Turismo no Interior, que também teve a presença e organização do Turismo de Portugal e Turismo do Centro.

Ainda, no capítulo do Turismo, deu nota que nos passados dias 3, 4 e 5 de fevereiro, os concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil foram visitados por cerca de 50 guias intérpretes de todo o País, no âmbito do "6.º Encontro de Guias de Intérpretes", apoiado pelos três municípios, pela CIM Região de Coimbra e pelo Turismo de Portugal.

Sobre o assunto, referiu ainda que os mesmos ficaram alojados no Luna Hotel, sito na Vila de Tábua e que lhes permitiu conhecer diversos locais turísticos existentes no concelho de Tábua, bem como no de Arganil e de Oliveira do Hospital, facto que considera digno de registo, pelo retorno que poderá advir, futuramente, em visitas ao território tabuense.

Prosseguiu, dando nota que também está a decorrer no Espaço Cultiva uma Ação gratuita, no âmbito do Programa "Formação + Próxima", intitulada "Marketing Digital", dinamizada em parceria com o Turismo de Portugal e a Escola do Turismo de Coimbra, direcionada ao setor do turismo e da restauração do concelho de Tábua e que tem por finalidade capacitar os colaboradores do setor da atividade turística com conteúdos adaptados às necessidades de futuro.

Ainda, na área do Turismo e com o objetivo de ser criada uma Estação Náutica na Região de Coimbra, transmitiu que, no passado dia 7 de fevereiro, integrou a comitiva da CIM Região de Coimbra, na visita efetuada à Estação Náutica do Alto Minho, em Ponte de Lima e Viana do Castelo.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, VÍTOR MELO:

No uso da palavra e após apresentação de cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e funcionários que coadjuvam a presente reunião, o Senhor Vereador, Vítor Melo dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara começando por fazer um reparo quanto ao facto dos Vereadores da Oposição não terem sido convidados para a apresentação (conferência de imprensa) da Feira de Queijos e Sabores da Beira, lamentando tal atitude.

Prosseguiu, questionando o Senhor Presidente sobre o porquê das obras envolventes ao Mercado de Tábua estarem paradas.

Sobre o saneamento financeiro do Município e no seguimento do que o Senhor Presidente referiu na sua intervenção solicitou informação mais concreta a respeito do mesmo.

Em relação às transferências de competências lamentou a situação uma vez não ter sido essa a leitura inicial quando a mesma foi criada, considerando que a lei dizia que *"quando necessário e devidamente fundamentado haveria reforço de verbas para o pacote financeiro"*, constatando-se que nada disso é real. Contudo, e independentemente da cor partidária, entende que teria de haver uma união muito grande, para que se fizesse um reforço, no aspeto reivindicativo, no que respeita à Educação, nomeadamente, às obras a realizar nos edifícios escolares atendendo ao estado de degradação em que se encontram muitos deles.

Em relação à iluminação e constatando-se que todo o processo inerente ao assunto vai demorar, questionou se para a sua resolução não poderia contrair-se um empréstimo.

Da parte da Proteção Civil e quanto à verba de 22 milhões de euros que vai ser distribuída pelas Associações, referiu tratar-se, em seu entender, de um valor irrisório porque, como é do conhecimento de todos, vai ser orientado pelas CIM's que estão a criar Centros de Proteção Civil Municipal e a dotá-los das valências que os bombeiros já realizam há muito tempo.



CÂMARA MUNICIPAL

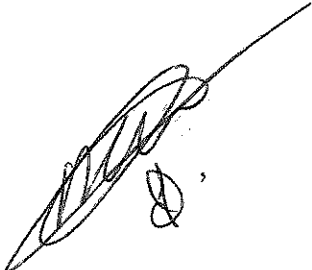
Lembrou que este assunto foi retratado nas reuniões havidas em janeiro e fevereiro, quer com a Federação, quer com o Presidente da Liga, numa das quais o Senhor Vice-Presidente da Câmara também marcou presença, receando que a verba em questão não vai chegar para dar uma viatura a cada Corporação de Bombeiros do País, pelo que, em sua opinião, em vez de se estar a duplicar meios que já existem no concelho, seria mais útil apetrechar os mesmos com mais investimento nas carências que têm.

Face ao exposto e começando pela questão do convite inerente à apresentação do certame “Tábua de Queijos e Sabores da Beira”, o Senhor Presidente esclareceu que os convites para os diversos eventos têm sido efetuados aos Senhores Vereadores da oposição, mas raramente comparecem ou respondem, tendo provas disso. Contudo, no vertente caso, entende que *«uma apresentação ou uma conferência de imprensa é diferente de um evento. Estamos a falar da apresentação daquilo que é o trabalho do Executivo e não me parece ser prática corrente que as autarquias convidem Vereadores, em regime de não permanência, para as conferências de imprensa»*.

Relativamente às obras envolvidas ao Mercado Municipal não iria permitir mais atrasos na referida obra, tendo em consideração a dinâmica que o Mercado Municipal tem ao fim de semana e cujo término das obras se torna necessário.

No que concerne ao saneamento financeiro referiu perceber o intuito das palavras proferidas pelo Senhor Vereador, contudo esclareceu que o Executivo está a estudar a melhor estratégia para alcançar as condições financeiras favoráveis à contratação de um novo empréstimo, a ser presente em Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal.

Relativamente à transferência de competências, como já teve oportunidade de referir em Reunião da Câmara e na Assembleia Municipal, informou que o Município está a ser alvo de um “efeito de proximidade” quer na área da Educação, como na da Saúde, que não está incluído nas Contas, sendo exemplo disso a afetação de funcionários, entre outras situações que não estão definidas, mas que a Câmara tem



CÂMARA MUNICIPAL

resolvido e que implicam aumento de despesas. E, embora as CIM's também estejam envolvidas nas ações, há sempre que considerar os referidos efeitos de proximidade que não são só responsabilidade do Governo, mas também dos autores locais que, muitas das vezes, estragam uma medida que podia ser entendida como proximidade para resolver mais problemas.

Ainda, sobre a iluminação pública esclareceu que a mesma não foi alvo de qualquer candidatura e se a Câmara Municipal de Tábua quiser acelerar o processo só tem um meio legal que é recorrer à ERSE, motivo pelo qual o empréstimo sugerido não pode ser feito.

Mais esclareceu que, no ano passado, foram substituídas 1000 luminárias ao abrigo do Protocolo com a E-Redes, tendo tido uma reunião com a mesma, no sentido de acelerar as substituições de modo a dar cumprimento ao compromisso assumido, até final do mandato.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 21/22, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022.

Deliberação n.º 47 – Pelo Senhor Presidente foi proposto que este ponto transitasse para a próxima reunião, por falta de quórum, proposta esta que mereceu aprovação unânime dos Senhores Vereadores presentes.



CÂMARA MUNICIPAL

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 22/22, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

Deliberação n.º 48 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor, um voto contra do Senhor Vereador Vítor Melo.

3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 25/22, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

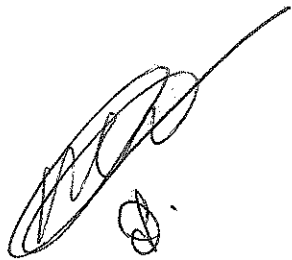
Deliberação n.º 49 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

4. DECLARAÇÃO NO ÂMBITO DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA).

Presente o documento respeitante à Declaração emitida pelo Senhor Presidente da Câmara em 31 de janeiro de 2023, no âmbito do disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), que determina que «os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano:

- a) *Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;*
- b) *Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.»*

A Câmara tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL

5. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO INVESTIDOR - CARPODROMO, LDA/ COMPLEXO DE PESCA DESPORTIVA NA VENDA DA SERRA MOURONHO/TÁBUA.

Deliberação n.º 50 - Presente o Processo de Apoio ao Investidor, que se dá por reproduzido, em que é requerente a empresa Carpodromo, Lda., que tem como atividade principal a prestação de serviços de pesca desportiva, solicitando um apoio para a sua empresa participar em duas feiras setoriais internacionais em Inglaterra, para divulgar e promover a sua atividade económica e desportiva "*Carp Fishing 2023*", no montante de 500,00€ (quinhentos euros), no âmbito do disposto nos artigos 3.º, n.ºs 1 e 2, e 8.º, do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio ao Investidor.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à Informação n.º da Dra. Alexandra Bento, Jurista, datada de 06 de fevereiro de 2023, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, conceder um apoio financeiro à empresa Carpodromo, Lda., no montante de 500,00€ (quinhentos euros), no âmbito do disposto nos artigos 3.º, n.ºs 1 e 2, e 8.º, do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio ao Investidor.

6. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS DOS MUNICÍPIOS E FINANCIAMENTO INTERMUNICIPAL E INTER-REGIONAL (SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS) - DESPESAS A CABIMENTAR.

Deliberação n.º 51 – Presente uma informação jurídica da Dra. Alexandra Bento, datada de 06 de fevereiro de 2023, que se faz acompanhar do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo das Competências Delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes e, respetivo processo administrativo e financeiro, a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e os



CÂMARA MUNICIPAL

Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, documentos que se dão por reproduzidos.

Face à informação sobre os documentos anexos, a Câmara deliberou por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar os pontos abaixo elencados e submeter à Assembleia Municipal para autorização e aprovação, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alíneas k) e l), em articulação com o artigo 33.º n.º 1, alínea) n), ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Revogar o Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências do Município de Tábua, enquanto autoridade de transportes, celebrado, em 2021, entre a CIM RC e os Municípios de Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares (deliberação da Assembleia Municipal de 18 de junho de 2021, e deliberação da Câmara Municipal de 09 de junho de 2021).

2. Aprovar a celebração de um novo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, entre a CIM RC e os Municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares, nos termos da minuta constante do Documento 1 na sequência da revogação do ponto 1.

3. Aprovar a imputação material ao Município de Tábua, associado da CIM RC do financiamento necessário das despesas desta no exercício das suas competências próprias enquanto autoridade de transportes relativas à Rede Atual, abrangendo as obrigações contratuais desta Comunidade Intermunicipal perante o (s) operador (s) de serviço público emergente do Contrato de Serviço Público (n.º 4



CÂMARA MUNICIPAL

da Cláusula 29ª da presente minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes: conforme alínea r) Tábua: 3,314%, da informação técnica.

4. Aprovar a imputação material ao Município de Tábua associado da CIM RC do financiamento necessário das despesas desta no exercício das suas competências próprias enquanto autoridade de transportes relativas a outras obrigações pecuniárias, abrangendo as obrigações contratuais desta Comunidade Intermunicipal perante o (s) operador (s) de serviço público emergente do Contrato de Serviço Público (n.º 6 da Cláusula 29ª da presente minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes: conforme alínea r) Tábua: 3,182%, da informação técnica.

5. Aprovar a imputação material ao Município de Tábua, associado da CIM RC, do financiamento necessário das despesas desta no exercício das suas competências próprias enquanto autoridade de transportes, abrangendo as despesas relacionadas com a gestão do Contrato de Serviço Público (cláusula 28ª da presente minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros), mediante a transferência para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra dos valores anuais correspondentes à aplicação ao valor do financiamento necessário, das seguintes percentagens: conforme alínea r) Tábua: 3,262%, da informação técnica.

6. Aprovar que as transferências associadas ao financiamento das linhas intermunicipais e inter regionais, a que se refere a cláusula 29.ª, se processe nos mesmos termos definidos na cláusula 25.ª da presente minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das



CÂMARA MUNICIPAL

Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, quanto às atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação das competências dos municípios enquanto autoridade de transportes, com as devidas adaptações.

7. Aprovar os valores de financiamento do Município de Tábua respeitante ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes e Financiamento do serviço intermunicipal e inter-regional, nos termos do documento 2.

DOPGU - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

7. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 52 - Processo de Licenciamento n.º 39/2022/99, que se dá por reproduzido, em que é requerente Joana Raquel Brito Fonseca Marques Correia, referente à obra de *"Reabilitação e ampliação de moradia unifamiliar"*, situado na Rua do Ribeirinho n.º 4, lugar e Freguesia de Midões, Concelho de Tábua, onde é requerida a redução do pagamento das taxas devidas, nos termos do artigo 10.º, n.º 11, alínea a), do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à informação n.º 002/2023, datada de 26 de janeiro p.p., da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, conceder a redução de 50% nas taxas urbanísticas, administrativas e de ocupação da via pública por motivo de obras, inerentes às operações urbanísticas no edifício em causa, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 11, alínea a), do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.



CÂMARA MUNICIPAL

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

8. CONCURSOS E CONSULTAS.

Presente o Ajuste Direto n.º 63-S/2022, relativo à *"Aquisição de Serviços de Manutenção de Software AIRC"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 02 de dezembro de 2022, à Associação de Informática da Região Centro (AIRC), pelo valor de 22.957,00€ (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta e sete euros), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 65-S/2022, relativo à *"Aquisição de Serviços de Medicina do Trabalho"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 22 de dezembro de 2022, à empresa Clínica Médica Chão do Prado, Lda., pelo valor de 5.820,00€ (cinco mil e oitocentos e vinte euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 66-S/2022, relativo à *"Aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza do Centro de Saúde de Tábua"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 28 de dezembro de 2022, à empresa Fine Facility Serviços, Lda., pelo valor de 7.569,60€ (sete mil, quinhentos e sessenta e nove euros e sessenta centavos), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 67-S/2022, relativo à *"Aquisição de Serviços para colaboração com a Biblioteca Pública Municipal João Brandão"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 23 de janeiro de 2023, a Ricardo



CÂMARA MUNICIPAL

Daniel Fonseca Mota, pelo valor de 9.360,00€ (nove mil e trezentos e sessenta euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 01-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços de Manutenção técnica e tratamento de águas das Piscinas Municipais de Tábua"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 23 de janeiro de 2023, à empresa CIMAI – Engenharia e Química Avançada, S.A., pelo valor de 6.840,00€ (seis mil e oitocentos e quarenta euros), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

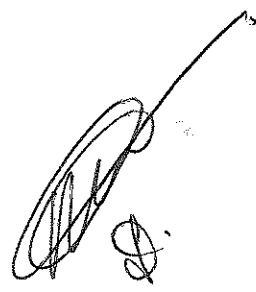
A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 02-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços de desinfestação e desratização para diversos Edifícios Públicos"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 23 de janeiro de 2023, à empresa Bye Bye Pragas – Unipessoal, Lda., pelo valor de 6.672,50€ (seis mil, seiscentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 03-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços de técnica de desporto"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 20 de janeiro de 2023, a Rosa Cristina de Oliveira Fernandes, pelo valor de 11.400,00€ (onze mil e quatrocentos euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL

Presente o Ajuste Direto n.º 04-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços de técnica de desporto"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 25 de janeiro de 2023, a Neuza Curveira Magueta, pelo valor de 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 05-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços Administrativos para o Serviço de Finanças de Tábua"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 19 de janeiro de 2023, a Anabela Abrantes Leal Costa Ribeiro, pelo valor de 9.120,00€ (nove mil e cento e vinte euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 07-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços de transporte coletivo de crianças"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 20 de janeiro de 2023, a Carlos Manuel Abrantes Monteiro, pelo valor de 10.200,00€ (dez mil e duzentos euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 08-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços na área de Psicologia no Gabinete da CPCJ e Ação Social"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 23 de janeiro de 2023, a Mariana Nunes Fernandes, pelo valor de 9.960,00€ (nove mil e novecentos e sessenta euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL

Presente o Ajuste Direto n.º 09-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços na área do Serviço Social"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 20 de janeiro de 2023, a Joana Raquel Garcia, pelo valor de 9.960,00€ (nove mil e novecentos e sessenta euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 10-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços operacionais gerais"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 26 de janeiro de 2023, a José Manuel Gomes Madeira, pelo valor de 9.600,00€ (nove mil e seiscentos euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 11-S/2023, relativo à *"Aquisição de Serviços para a elaboração da representação gráfica georreferenciada e apresentação no Balcão Único do Prédio (BUPI) do Município de Tábua"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 26 de janeiro de 2023, a Beatriz Rafaela Rodrigues Fonseca, pelo valor de 9.600,00€ (nove mil e seiscentos euros), isento de imposto sobre o valor acrescentado, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 06-B/2023, relativo à *"Aquisição de 300 toneladas de Mistura Betuminosa a Frio"*, adjudicado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 23 de janeiro de 2023, à empresa *Windpark, Lda.*, pelo valor de 18.300,00€ (dezoito mil e trezentos euros), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL

9. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 53 – Presente o Auto de medição n.º 5 de trabalhos contratuais da Empresa Construtora Santovaiense – Construção Civil e Obras Publicas, Lda., da Empreitada *“Reposição de equipamentos e infraestruturas danificadas pelas depressões Elsa e Fabien – Reconstrução de coberturas de Edifícios Municipais – Lote 1 (Câmara Municipal)”*, respeitante ao Processo n.º CP-33-E/2022 – L1, documento que se dá por reproduzido, no valor de 15.675,00€ (quinze mil, seiscentos e setenta e cinco euros), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 54 – Presente o Auto de medição n.º 1 de trabalhos contratuais da Empresa Sust4Amb – Ambiente e Serviços, Lda., da Empreitada *“Reabilitação da ETAR de Vila do Mato e da ETAR de Vasco”*, respeitante ao Processo n.º AD-73-E/2021, documento que se dá por reproduzido, no valor de 12.463,12€ (doze mil, quatrocentos e sessenta e três euros e doze centavos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 55 – Presente o Auto de medição n.º 4 de trabalhos contratuais da Empresa Socitop Unipessoal, Lda., da Empreitada *“Promoção da mobilidade rodoviária do concelho – Lote 4”*, respeitante ao Processo n.º CP-30-E/2021, documento que se dá por reproduzido, no valor de 95.267,29€ (noventa e cinco mil,



CÂMARA MUNICIPAL

duzentos e sessenta e sete euros e vinte e nove cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 56 – Presente o Auto de medição n.º 4 de trabalhos contratuais da Empresa Soudias Carpintaria e Serralharia Sousa Dias, Lda., da Empreitada *“Trilho dos Gaios, um Percurso com História”*, respeitante ao Processo n.º CP-26-E/2021, documento que se dá por reproduzido, no valor de 19.171,82€ (dezanove mil, cento e setenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESPORTO E JUVENTUDE

10. ELEIÇÃO DO PROVEDOR DE JUVENTUDE DE TÁBUA/RATIFICAÇÃO DO ATO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 20.º, N.º 4, DO REGULAMENTO DO PROVEDOR DE JUVENTUDE DE TÁBUA.

Deliberação n.º 57 – Presente a informação n.º 01/2023, de 06 de fevereiro de 2023, da Técnica Superior, Prof. Cristina Tavares, documento que se dá por reproduzido, dando conhecimento, que o Senhor Marcelo Rodrigues Figueiredo, foi eleito Provedor de Juventude de Tábua, no dia 16 de setembro de 2022, candidato proposto pela Câmara Municipal de Tábua ao Conselho Municipal de Juventude.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com cinco votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar,



CÂMARA MUNICIPAL

nos termos do disposto no artigo 20.º, n.º 4, do Regulamento do Provedor de Juventude de Tábua, o ato de eleição praticado, e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, para efeitos do disposto no n.º 4, do citado artigo.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela Minuta da Ata n.º 03/2023, para produção de efeitos imediatos, redigida pela Técnica Superior, Liliana Marina Fonseca Cristóvão, de acordo com o plasmado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua versão atual.

Antes de dar por terminada a Reunião e realizando-se a Sessão da Assembleia Municipal no dia 24 de fevereiro, o Senhor Presidente propôs a alteração da data da próxima Reunião Pública da Câmara, ficando a mesma agendada para o dia 17 de fevereiro, por ser o dia mais conveniente para o efeito, em função do tempo definido para remessa da documentação à Assembleia Municipal, bem como o cumprimento do prazo para publicação do Edital a que obedece a alteração proposta.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quinze minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,